
Reelaborar o passado colonial: arte congoleza na ignição epidêmica do HIV

Aldones Nino [1] e Matheus Simões [2]

Resumo: Através de estimativas da propagação do HIV (o vírus da imunodeficiência humana) e suas rotas de transmissão utilizando as redes de transporte entre Kinshasa e os países da bacia do Rio Congo, pesquisas atuais reconhecem a circulação do vírus na região desde a década de 1920. Isto, por sua vez, questiona as narrativas hegemônicas que demarcam a década de 1980 como o período de emergência (ou o “surgimento”) da epidemia de HIV/Aids. É neste sentido que o presente artigo aborda a história da epidemia de HIV/Aids numa perspectiva decolonial, estabelecendo conexões críticas com a história social e os regimes de visualidades gerados sob a dominação colonial do Congo. Para tanto, são analisadas a literatura decolonial sobre o tema e a arte pictórica congoleza do período, que se inicia sob a intervenção do domínio escravagista. Dessa maneira, linhas são traçadas entre os fatos históricos que tanto marcaram a temática das produções artísticas quanto possibilitaram a transmissão críptica do HIV nos anos em que se manteve ignorado pelo ocidente.

Palavras-chave: HIV/Aids. Perspectiva decolonial. Arte congoleza.

Re-elaborating the Colonial Past:
Art of the RDC in the Epidemic Ignition of HIV

Abstract: Through estimates of the spread of HIV (the human immunodeficiency virus) and its transmission routes using transport networks between Kinshasa and the countries of the Congo River basin, current research has recognized the circulation of the virus in the region since the 1920s. This, in turn, questions the hegemonic narratives that demarcate the 1980s as the period of emergency (or “the birth”) of the HIV/AIDS epidemic. It is in this sense that the present article addresses the history of the HIV/AIDS epidemic in a decolonial perspective, establishing critical connections with the social history and the visual regimes generated under the colonial domination of Congo. To this end, the decolonial literature on the subject and the Congolese pictorial art of the period, which begins under the intervention of the slaveholding domain, are analyzed. In this way, lines are drawn between the historical facts

[1] Mestre em História Política e Bens Culturais pelo CPDOC/FGV e doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da EBA/UFRJ em cotutela com a Universidade de Granada. E-mail: aldones.c@gmail.com

[2] Especialista em Gênero e Sexualidade pelo IMS/UERJ e mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da EBA/UFRJ. E-mail: galuboiy@gmail.com

that both marked the theme of artistic productions and made possible the cryptic transmission of HIV in the years when it remained ignored by the West.

Keywords: HIV/AIDS. Decolonial Perspective. Congolese Art.

O COMEÇO DA DISSEMINAÇÃO GLOBAL DO HIV

Atualmente, segundo os dados apresentados pela OMS em 2018, existem 37,9 milhões de pessoas infectadas com HIV em todo o mundo. Destas, 23,3 milhões (62%) recebem tratamento antirretroviral. Apenas no continente africano, 25,7 milhões de pessoas estão infectadas, enquanto nas Américas são 3,5 milhões convivendo com a doença (UNAIDS, 2020). Em 2020, na década que se inicia, completa-se um século desde a data provável estipulada por cientistas (PÉPIN, 2011; FARIA et al., 2014) da primeira infecção humana pelo vírus símio (SIV) gerando, através de mutações, o vírus HIV. Desta forma se inicia a epidemia global de HIV/Aids, assolando primeiramente indivíduos que habitavam as proximidades das florestas do vale do Rio Congo, na África Central.

Na compreensão tecnocientífica mais largamente difundida, a história do HIV começa apenas em 1981, o ano chave da identificação do vírus no ocidente, quando homens gays estadunidenses começaram a morrer em Los Angeles e Nova Iorque fazendo o vírus ser reconhecido pelo Centro de Controle e Prevenção de Doenças (CDC) dos Estados Unidos. Primeiramente identificado como uma doença específica de determinados grupos minoritários – imigrantes haitianos, hemofílicos, heroinômanos e homossexuais – o governo estadunidense dissemina uma corrente de desinformação ao utilizar a

desastrosa expressão de “Doença dos 4Hs”¹ como forma de comunicação preventiva sobre o vírus. Porém, hoje se sabe que sua origem remonta a um período muito anterior e intrinsecamente ligado ao imperialismo e à expansão colonialista dos países industrializados.

Como forma de reconstruir sua origem e formular uma “história social da Aids”, pesquisas articulando campos de conhecimentos diversos como a epidemiologia, a antropologia, a estatística e o urbanismo visam preencher uma lacuna de aproximadamente 60 anos. Um destes pesquisadores é o médico canadense Jacques Pépin, especialista em doenças infecciosas da Universidade de Sherbrooke, em Quebec, que em seu livro “As Origens da Aids” (*The Origins of Aids*, 2011) utilizou técnicas de arqueologia viral e abordagens estatísticas para compilar dados de pesquisas anteriores e analisar minuciosamente fatos históricos. Recorrendo a análises de DNA em arquivos de amostras de sangue da época, Pépin mapeou as origens da doença, permitindo dessa forma analisar o vírus em seus estágios iniciais de evolução genômica. Desta forma, Pépin define uma localização e data aproximadas e remonta a uma cadeia específica de amplificadores virais que possibilitaram o surgimento da epidemia.

Os resultados dessa “história social” do vírus possibilitaram formular uma linha temporal filogenética da doença e detectar que,

¹ Mais tarde, seria ainda usado o termo “Doença dos 5 Hs”, com as trabalhadoras sexuais (hookers) incluídas.

retrospectivamente, há uma alta probabilidade do HIV-1 de Grupo M², o mesmo que estabeleceu as proporções pandêmicas que conhecemos hoje (sendo responsável por mais de 95% dos casos infecciosos no planeta), ter tido um ancestral comum surgido em áreas próximas de Kinshasa, atual capital da República Democrática do Congo (RDC). A partir da percepção que a maior variabilidade de subtipos do vírus consegue determinar o provável local inicial de sua dispersão, a localização estimada da origem da epidemia explica a observação de que Kinshasa, em análises coletadas ainda nos anos 1980, exibia mais diversidade genética do HIV-1 contemporâneo e “cepas muito mais complexas do que as encontradas em qualquer outra parte do mundo” (PÉPIN, 2011, p. 16, tradução nossa); portanto, permitiu-se traçar com maior precisão um recorte geográfico do início da expansão do vírus e o surgimento de seu comportamento pandêmico através de mecanismos de amplificação da transmissão entre países da África Central.

Por mais que a extensa diversidade do vírus encontrada em Kinshasa seja um indicador de sua disseminação inicial, também em outros países da bacia do rio Congo, como o Gabão, Camarões e principalmente a República do

Congo (cuja capital Brazzaville é vizinha a Kinshasa), foram coletadas amostras com características semelhantes às observadas na ex-colônia belga. Logo, se no final da década de 1980 a diversidade genética do HIV-1 grupo M na RDC, então conhecida como Zaire, era maior e mais complexa do que em qualquer outro lugar, as pesquisas motivadas pelo interesse nesta região em específico da África Central se intensificaram até o reconhecimento em 1995 da mais antiga amostra infectada de HIV-1, coletada em um hospital de Kinshasa em 1959 a partir de um plasma sanguíneo, sendo batizada de ZR59. Em 2008, pesquisadores liderados por Michael Worobey, professor da Universidade do Arizona, realizaram uma análise combinada da ZR59 com a segunda amostra mais antiga, a DRC60, coletada um ano depois (1960) também em Kinshasa, e perceberam uma diferença genética altamente divergente (em torno de 12% entre seus DNAs). Esta descoberta permitiu traçar um estudo da evolução genômica que apontou um ancestral em comum pelo menos 50 anos antes das amostras serem coletadas (WOROBAY et al., 2008), confirmando assim suspeitas de que o vírus teria encontrado um hospedeiro humano muito antes do que se imaginara nos anos 1980 e 1990.

Em 2014, no artigo “A propagação precoce e a ignição epidêmica do HIV-1 em populações humanas” (*The early spread and epidemic ignition of HIV-1 in human populations*), fruto de uma parceria em conjunto de cientistas das Universidades de Oxford (Inglaterra) e de Leuven (Bélgica), pesquisadores conseguiram a partir de estudos anteriores aprofundados como os de Pépin (2011) e utilizando dados estatísticos ainda mais acurados, definir com maior precisão a idade e a localização do epicentro inicial do vírus em humanos.

2 Existem dois tipos principais de HIV: o HIV-1 (o mais comum) e o HIV-2 (relativamente incomum e menos infeccioso). Assim como muitos vírus, o HIV tem a capacidade de sofrer mutações e mudar com o tempo. Isso explica porque, dentro dos principais tipos de HIV, existem muitos subgrupos geneticamente distintos: o HIV-1 se divide em quatro grupos (M, N, O e P), cujo M é o responsável pelas suas proporções pandêmicas, enquanto os outros três permanecem bastante incomuns. Ainda neste mesmo grupo M, há as variações em nove subtipos conhecidos: A, B, C, D, F, G, H, J e K. E a maior variedade destes subtipos é encontrada hoje justamente na África Central.

Eles apontaram que suas “análises colocam de forma robusta a origem espacial da epidemia de HIV-1 grupo M em Kinshasa” (FARIA et al., 2014, pp. 56-57. tradução nossa), mais precisamente por volta do início dos anos 1920, e portanto fazendo a datação de sua propagação retroceder a uma época da colonização africana em que Kinshasa era administrada pela Bélgica, compondo o que se nomeara de Congo Belga.

Estas novas hipóteses que retrocedem a história do HIV/Aids utilizando os métodos científicos mais precisos da genética ou da estatística corroboram os discursos da medicina social já permeados anteriormente pela filosofia e pela antropologia (LATOURE, 1994; BASTOS, 1997; HARAWAY, 2000) que questionavam os processos de produção de conhecimento do HIV pela medicina como um campo de disputa prático-discursiva onde se articulam tanto a biologia quanto a política. Neste caso do HIV, mais especificamente sobre sua origem, esta se reinventa à medida que novos fatos científicos são legitimados perante a comunidade científica.

O presente artigo pretende se debruçar nestes novos discursos genealógicos do vírus que o fazem retroceder ao período da colonização da região do Congo (PÉPIN, 2011; FARIA et al., 2014) para abordar também a arte moderna congoleza. Surgida nesta época de profundas mudanças sociais e culturais, ao analisarmos determinadas obras podemos constatar como a produção destes artistas pode ser capaz não apenas de reconstruir certos marcos históricos, mas também reelaborar através de imagens a barbárie da exploração colonial. Alguns destes marcos sofrem uma releitura que não apenas os situam como momentos determinantes da gestão

colonial, mas também como impulsionadores do surgimento do HIV-1 em seu estágio inicial antes de se tornar uma epidemia global e um grande desafio ainda hoje para as populações africanas (PÉPIN, 2011). Por isso, se faz necessário abordar não apenas a produção da crítica decolonial no que ela se propõe como uma subversão do padrão de poder colonial, mas também como uma crítica aos saberes tecnocientíficos que pretende reelaborar as experiências de populações minorizadas.

Os estudos decoloniais associados à produção artística visam contribuir com a formulação de novas maneiras de situar-se em diálogo com a realidade que cerca o enunciador e o contexto que dá forma ao seu pensamento. Consideramos essa produção, junto à interrogação constante acerca da neutralidade narrativa, o que nos leva a questionar como as evidências do norte global seguem ditando a história da epidemia da Aids mesmo diante dos novos achados que remontam ao Congo. Logo, a história da arte evidencia proximidades entre os regimes de visualidades e as políticas coloniais que, formuladas sob um abstrato sistema de regras científicas, resultam em medidas que legitimam políticas regulatórias do Estado e a continuidade de sua história oficial.

Anos 1920 e o início da arte moderna congoleza

Em 1923, Kinshasa se torna oficialmente a capital do Congo Belga. Uma cidade em rápida transformação, com uma estação de trem que era o destino final da primeira ferrovia do Congo e edifícios coloniais ocupando o espaço onde antes existiam cabanas autóctones. Muitas destas moradias eram

decoradas com desenhos e pinturas feitas pelos próprios congolese. Alguns deles passariam da decoração das paredes das habitações tradicionais para a criação de pinturas em papel inicialmente a pedido de um dos administradores belgas que, impressionado com o trabalho feito em muros e fachadas, cederia o papel para que pudessem conservar seus trabalhos. Destes artistas precursores, se tornaram muito conhecidos o casal Lubaki (Albert e Antoinette) e Djilatendo (ou Tschyela Ntendu), artista que começa a pintar com o apoio e orientação de Albert Lubaki mas que usava padrões geométricos realizando uma fusão do tradicionalismo com o modernismo. Seu trabalho fez enorme sucesso na década de 30, sendo apresentado ao lado dos surrealistas belgas René Magritte e Paul Delvaux.

Antoinette Lubaki, cujo nome muitas vezes é desconhecido ou simplesmente associado ao do marido, o também pintor Albert Lubaki, inicia aquarelas em papel dando continuidade aos motivos e temas exercidos nas paredes das cabanas, ultrapassando assim categorias como “arte primitiva”, *naif* ou decorativa direto para uma linguagem modernista que mistura o realismo com a fantasia e a imaginação. Suas obras dialogavam com o que era buscado na arte europeia da época, e chegaram a expor seus trabalhos, assim como Djilatendo, em importantes museus da Europa. Porém a partir de 1935, devido a uma divergência entre curadores, esta geração de pintores foi esquecida e provavelmente descontinuaram sua produção nos anos seguintes.

Porém, é importante ressaltar que dentro de um contexto recente a produção destes artistas vêm sendo revisitada, apoiada por

movimentos de descolonização do museu (considerando a complexidade desta afirmação), gerando exposições coletivas como *Congo Art Works: Peinture Populaire* (2016-2017), que ocorreu no Musée Royal de l’Afrique Centrale em Tervuren, na Bélgica (Figura 1), reunindo o trabalho de vários artistas que expressaram em seus trabalhos figurações do processo de dominação colonial. Antoinette Lubaki, que propõe uma instigante reflexão crítica sobre religião, política e questões sociais, é a única mulher cujos trabalhos aparecem na exposição *Beauté Congo 1926-2015: Congo Kitoko* (2015-2016), apresentada na Fondation Cartier pour l’art contemporain em Paris, na França (Figura 2), fato relevante considerando o modo como artistas masculinos dominam o repertório da arte moderna africana do século 20.

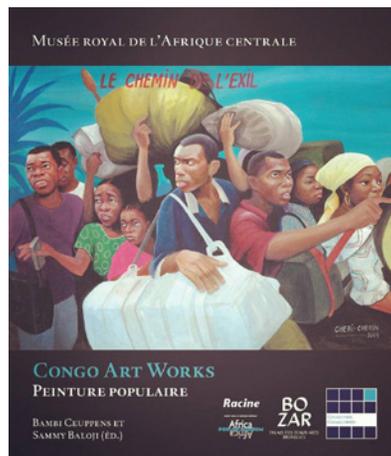


Figura 1 - *Congo Art Works: Peinture Populaire*. Musée Royal de l’Afrique Centrale, em colaboração com o Palais des Beaux-Arts de Bruxelles, 2016. Curadoria de Bambi Ceuppens e Sammy Baloj.

Fonte: Haul du Livre <<https://halldulivre.com/livre/9782873869892-congo-art-works-peinture-populaire-collectif/>> Acesso em 04/12/2020.

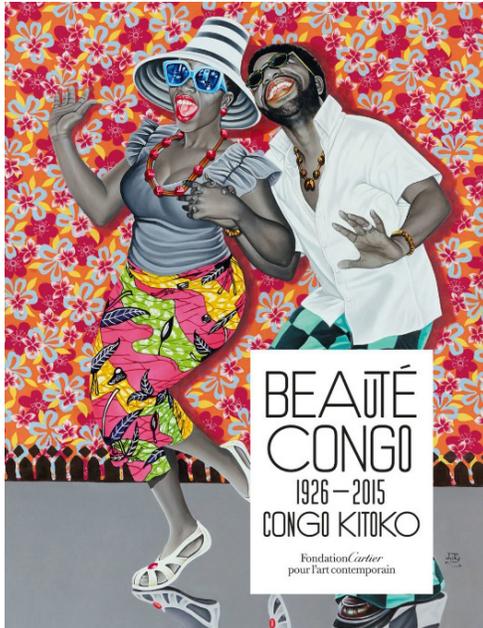


Figura 2 - *Beauté Congo 1926-2015 Congo Kitoko*, Fondation Cartier pour l'art contemporain, Paris, 2015. Curadoria de André Magnin.

Fonte: Fondation Cartier pour l'art contemporain. <<https://www.fondationcartier.com/en/editions/beaute-congo-1926-2015-congo-kitoko?locale=en>> Acesso em 04/12/2020.

As narrativas criadas sobre o processo de criação dos Lubaki dizem que os dois cônjuges costumavam desenhar à noite, à luz de velas, porque um provérbio congolês proíbe contar lendas ou fábulas antes do anoitecer (PERENNÈS, 2015). Podemos ver em trabalhos de 1929 como ambos elaboraram ricamente o traje ocidental, com atenção aos detalhes dos bolsos, botões e dobras, demonstrando o afinco na utilização da linguagem visual enfatizando a representação de uma modernidade colonial expressa através das vestimentas típicas europeias.

Assim como em “Sem título (Árvores e Animais)” (Figura 3), em que a aquarela de Antoinette delinea uma cena composta por três homens e um grande pássaro e “Sem título (Colono e leão)” (Figura 4), de Albert Lubaki, ambas ressaltando a indumentária do colonizador belga frente aos animais – personagens de tantas lendas e fábulas tradicionais como o pássaro e o leão. Estas são as primeiras obras congoleesas sobre papel que se tem conhecimento, e mostra além da importância dos animais no cotidiano dos congoleeses, a imantação simbólica da representação desses ao lado dos povos originários, permitindo também uma visão do colonizador europeu a partir do ponto de vista dos grupos historicamente subjugados. Esta perspectiva é debatida pela teórica indiana Gayatri Chakravorty Spivak, que em “Pode o Subalterno Falar?” (2010) investiga os fatores históricos e ideológicos que impedem a possibilidade de ser ouvido por aqueles que habitam a periferia, considerando assim as variáveis complexas das relações submetidas aos sistemas universalistas europeus, fundamentando a organização social e a lógica cultural que perpassa tanto a formação da sociedade atual quanto suas estruturas epistemológicas e jurídicas.



Figura 3 - Antoinette Lubaki. Sem título (Árvores e Animais), 1929, aquarela sobre papel, 55 x 73 cm.

Fonte: Universität Bayreuth. <<https://www.iwalewahaus.uni-bayreuth.de/en/collection/object-of-the-month/031/index.html>> Acesso em 25/11/2020.



Figura 4 - Albert Lubaki. "Sem título (Colono e leão)", 1929, aquarela sobre papel, 32 x 50 cm.

Fonte: Artnet. <www.artnet.com/artists/albert-lubaki/sans-titre-colon-et-lion-Hgrk9etuQxYXU-nONRyHlg2> Acesso em 03/12/2020.

A Maafa e o desequilíbrio ambiental

No século XIX, as potências europeias ocupavam vastas áreas territoriais do continente africano, estabelecendo colônias e protetorados extrativistas. Onde antes havia pequenos povoados com agricultura e caça de subsistência, grandes cidades surgiram economicamente sustentadas pelos produtos extraviados para os centros coloniais e administradas por agentes europeus que utilizavam os povos nativos como mão de obra escrava. Um destes centros urbanos foi Kinshasa, hoje a maior cidade do país e antiga Léopoldville, cujo nome colonial prestava homenagem ao rei Leopold II da Bélgica, que se tornaria o rei soberano do Estado Livre do Congo. Antes de sua ocupação, a região era uma aldeia pesqueira às margens do rio Congo, em uma área de enorme abundância de recursos naturais. Durante a ocupação belga, Léopoldville se tornaria o principal porto navegável acima das cataratas de Livingstone, e um escoador de matérias primas como borracha, ouro e marfim sendo também catalisador da forte imigração que a transformaria em uma megacidade e o epicentro da exploração colonial da África Central.

Hoje, Kinshasa é o maior centro urbano em área e população da região, e a terceira maior cidade de todo o continente (RDC, 2017). As especificidades do território do Estado Livre do Congo ser uma propriedade privada de Leopold II da Bélgica e a sua exploração ter o propósito único de seu enriquecimento pessoal permitiram o extermínio em larga escala de congolezes até sua devolução forçada ao estado belga em 1908, sendo a partir de então denominado de Congo Belga. Os trabalhos forçados com castigos físicos, que envolviam mutilações e extirpações de

membros caso as metas de produção não fossem atingidas, continuariam pelo menos até a independência do território em 1960. A violência do regime colonial faria com que o Congo Belga testemunhasse um dos maiores genocídios da história da humanidade e um dos episódios mais atrozos do que hoje se considera o holocausto africano, ou a *Maafa*. *Maafa* (em swali, “terrível desastre”) é um termo designado pela antropóloga Marimba Ani (1988) e posteriormente incorporado aos estudos diaspóricos para designar os efeitos persistentes causados pela escravidão e pelo tráfico de pessoas sobre as populações africanas, efeitos estes advindos do passado de exploração do imperialismo e do colonialismo por povos não-africanos (europeus e árabes). O processo especialmente brutal de exploração desta região hoje é reconhecido como uma das piores intervenções coloniais já registradas, fazendo com que estimados 10 milhões de pessoas – metade da população do Congo Belga – tenham morrido de forma violenta entre 1885 e 1924 (*HOCHSCHILD, 1999*).

Vários grupos autóctones da região como os Mfinu e os Humbu foram dizimados, e as mudanças trazidas pela imigração massiva de outras partes do Congo junto com a urbanização desordenada da capital modificaram rapidamente as relações sociais e econômicas da cidade, transformando Léopoldville numa megalópole multicultural. Assim, a transferência nas relações de produção tradicionais de insumos para um mercantilismo extrativista colonial hiperagressivo voltado para abastecer o mercado externo acabariam por gerar uma pobreza extrema e a fome no interior, forçando populações locais a caçarem animais selvagens para sobreviver.

O regime especulativo do sistema de *plantation* nas regiões rurais do Congo acirrou o desabastecimento, e em locais isolados do que hoje se conhece como o Camarões (ex-colônia alemã), a República do Congo (ex-colônia francesa) e a RDC, a alimentação se intensifica na caça de animais selvagens, inclusive com o consumo da carne de símios comuns na região, como a dos chimpanzés *Pan troglodytes troglodytes (Ptt)*. A introdução desta nova caça na alimentação se deu em um determinado período dos anos 1920 em que também foi ampliada na colônia a disponibilidade de armas de fogo modernas como os rifles automáticos. Introduzidas na África pelos europeus para facilitar a caça de elefantes (da onde se extrairia o marfim), os rifles possibilitaram a *caça dos animais de grande porte como estes chimpanzés (Ptt)*, interferindo nos hábitos alimentares da colônia através da intensificação do consumo da carne de caça e perturbando “um equilíbrio entre as populações humanas e os animais selvagens que era mantido na era pré-colonial” (PÉPIN. 2011, p.45, tradução nossa).

Este equilíbrio ambiental que antecederia à colonização belga remete a uma época retratada em trabalhos como “Homens e Feras” (*Hommes et Bêtes*, Figura 5) de Albert Lubaki, que registra a relação entre o povo autóctone e as florestas do Congo, com destaque a seus hábitos tradicionais de caça; e segue para uma alteração das atividades extrativistas a partir do abate de animais de grande porte, como é expressa na pintura “Caçador e Animais” (*Chasseur et Animaux*, Figura 6) de Djilatendo, onde se vê um animal de grandes proporções ocupando o centro do papel sob a mira de um rifle, que é apontado por um caçador utilizando na cabeça o que parece

ser um *salakot*, o capacete típico dos exploradores europeus na ocupação africana.

Estas pinturas de Albert Lubaki e Djilatendo, produzidas em um intervalo de tempo de aproximadamente dois anos, quando visualizadas em seu contexto apontam uma disparidade entre as práticas autóctones de caça e os novos costumes impostos pelo processo extrativista que visavam o progresso e o domínio do mundo natural em uma rápida reorganização. Juntas, estas pinturas criam uma narrativa que serve como registro das mudanças profundas na produção de alimentos que o regime colonial exploratório operou nos hábitos alimentares dos habitantes da colônia, e também um testemunho das profundas transformações que provavelmente causaram o distúrbio ecológico que precipitou a infecção do SIV em humanos.



Figura 5 - Albert Lubaki, “Homens e Feras”, d. 1928.

Fonte: Artnet <<http://www.artnet.com/artists/albert-lubaki/hommes-et-b%C3%A0tes-75kGvN4rliqh8Lud-srT9g2>> Acesso em 26/11/2020.



Figura 6 - Djilatendo, “Caçador e Animais”, c. 1930.

Fonte: MutualArt <<https://www.mutualart.com/Artwork/Chasseur-et-animaux/A6C4CE5A73331F0E>> Acesso em 26/11/2020.

Hoje podemos estabelecer relações causais entre este desequilíbrio ambiental da *plantation* e a introdução da caça e do manuseio da carne de certos símios com a provável transmissão do SIV em humanos e o surgimento do HIV. Pesquisas realizadas (KEELE, 2006; PÉPIN, 2011; FARIA, 2014) através da análise de sangue e do rastreamento da cadeia de DNA apresentaram evidências contundentes que nesta época, nas florestas da África Central, uma pequena minoria desta espécie de chimpanzé portadora de SIV, o Vírus da Imunodeficiência Símia, ao entrar em contato com o organismo humano teria passado por um processo de mutação e se transformado em um vírus inteiramente novo, o HIV (o Vírus da Imunodeficiência Humana), sendo esta a hipótese mais factível para a ignição deste vírus em humanos e da posterior epidemia global do HIV/Aids.

Os amplificadores iniciais de transmissão

Com o êxodo rural para a capital Léopoldville e o crescimento desordenado de sua população, o vírus encontraria inicialmente um ambiente propício para se reproduzir entre a população africana da RDC. Porém, como a transmissão do HIV ocorre de maneira relativamente lenta – por contato sexual direto ou através do sangue infectado – Pépin (2011) sugere que somente estes fatores não foram suficientes para disseminar o vírus tão rapidamente da maneira como pode-se observar nestes primeiros anos da infecção em humanos.

O estudo recente de Oxford-Leuven (2014) trabalha com duas hipóteses sobre quais seriam os vetores de propagação que possibilitaram que um vírus símio relativamente inofensivo cruzasse a barreira interespecíes e se transformasse em uma das piores doenças infecciosas da história humana. E estas hipóteses sinalizam intervenções decisivas da administração colonial belga na amplificação inicial da doença.

A primeira hipótese indica como vetor de aceleração da propagação nos estágios iniciais da epidemia o componente iatrogênico das campanhas oficiais de vacinação realizadas pelo órgão de saúde da colônia. A partir de dados já comprovados que apontam um aumento da infecção por outros vírus como o da hepatite B à época das campanhas, concluiu-se que este aumento do número de infectados provavelmente foi causado pela reutilização das mesmas agulhas e seringas para o maior número possível de pessoas, como uma forma de barateamento dos gastos em saúde (PÉPIN, 2011). Estas campanhas teriam o intuito de erradicar doenças

tropicais autóctones como a Doença do Sono (*Tripanossomíase africana*), causada por um parasita e tratada à época com injeções com compostos derivados do arsênico. Hoje se acredita que a elevada incidência desta doença nas províncias da RDC se deve aos deslocamentos maciços de populações que acompanharam a colonização europeia da África Central, facilitando a disseminação do parasita e fazendo com que “os tripanossomos fossem importados para regiões onde a doença até então não existia ou era incomum, se espalhando rapidamente nessas populações imunologicamente vulneráveis” (PÉPIN, 2011, p. 121, tradução nossa); causando perda de mão de obra e a desvalorização do valor dos escravizados que manifestassem os sintomas. Além destes fatores econômicos, as campanhas tinham o propósito de garantir a própria segurança dos colonizadores, pois “uma alta incidência entre os africanos implica um alto risco de transmissão para os europeus” (PÉPIN, 2011, p. 121, tradução nossa).

As campanhas foram replicadas por todo o continente africano, provavelmente também sem seguir os protocolos sanitários mínimos de segurança. Com a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e a popularização da penicilina, as campanhas se intensificaram nos anos 1950 para combater doenças como Sífilis, Malária e Boubá, e mais de 12 milhões de pessoas foram vacinadas apenas na África Central entre 1952 e 1957 pela UNICEF (DRUCKER, 2011). Portanto, esta intervenção da medicina moderna pode ter acelerado a propagação do vírus do HIV em um ambiente já propício à sua proliferação, em uma cidade com condições precárias e com uma população masculina que suplantara ao dobro à

feminina, além de um grande número de trabalhadoras sexuais.

[...] a transição para um crescimento exponencial mais rápido concorda com os dados de saúde pública disponíveis e a hipótese de que as taxas de

transmissão do grupo M aumentaram como resultado da administração de injeções não esterilizadas em clínicas de doenças sexualmente transmissíveis na década de 1950 [...] (FARIA et al., 2014, p. 60, tradução nossa).

O segundo vetor teria sido a extensa malha ferroviária da região de Kinshasa que se conectava a outros pontos da África Subsaariana. O primeiro trecho da linha foi inaugurado ainda em 1898 como forma de contornar as corredeiras do rio Congo e possibilitar o escoamento de produtos, principalmente marfim e borracha, por um sistema de transporte ferroportuário. Este projeto estruturante da política de colonização do território resulta das violentas noções de progresso e modernidade dos centros hegemônicos, causando a morte de 1.800 africanos em sua construção (Figura 7).

O estudo de Oxford-Leuven analisa amostras coletadas em outras regiões do país interligadas pelo sistema de trens e aponta como especificamente esta rede de transportes facilitou a propagação viral para os demais pólos extrativistas da RDC, acompanhando a malha criada pelo regime colonial que buscava uma saída marítima direta para escoar as riquezas do território; desta forma

O Grupo M chegou primeiro aos três maiores centros populacionais — Brazzaville, Lubumbashi e Mbuji-Mayi — que estavam mais bem conectados a Kinshasa, indicando um papel crítico para as redes de

mobilidade na propagação precoce e no estabelecimento do HIV -1 do seu epicentro. Na RDC, a maioria das viagens ocorreu ao longo da rede ferroviária, que foi usada por > 300.000 passageiros por ano em 1922, atingindo o pico de >1 milhão de passageiros anuais em 1948. Mbuji-Mayi, o segundo maior produtor mundial de diamantes industriais, e Lubumbashi, também uma cidade mineira e a segunda maior da RDC, foram conectadas através da seção mais ativa da rede ferroviária da RDC (FARIA et al., 2014, p.59, tradução nossa).



Figura 7 - Pintura mural de 2010 do artista Thino Tshangay na estação de trem de Kinshasa, em homenagem aos mortos na construção da ferrovia. Foto: Abel Kavanagh.

Fonte: Monusco photos <<https://www.flickr.com/photos/monusco/21237028852/>> Acesso em 03/12/2020.

Uma vez presente na capital, o vírus teria viajado para outras regiões do país e do continente pelas pessoas infectadas, favorecendo sua expansão geográfica não apenas na RDC mas em territórios vizinhos, se propagando exponencialmente.

Portanto, os dados genéticos e históricos indicam independentemente que a rede de transporte da RDC forneceu a principal conexão entre a região de Kinshasa e outros centros populacionais humanos na

África Subsaariana, e adicionalmente forneceu uma ligação entre o sul da RDC e os vizinhos Zâmbia e Angola (FARIA et al., 2014, p.60, tradução nossa).

Este processo provavelmente intensificou sua propagação no continente africano e os diagnósticos por muitos anos se restringiriam às doenças oportunistas, mantendo o vírus latente por mais de seis décadas desde as primeiras infecções até ser isolado e identificado no ocidente apenas no início dos anos 1980.

CONGO, ANOS 1960

As Revoluções Africanas

Na região do Congo da década de 1960, tudo mudou. A Segunda Guerra Mundial havia inchado Brazaville e Leopoldville, que forneceriam matéria-prima para os aliados após uma escassez causada pela conquista do Japão de colônias asiáticas. Logo, quando os franceses e belgas fugiram do caos dos movimentos de independência dos dois países em 1960 – na esteira dos movimentos revolucionários que triunfaram em países como Egito, África do Sul e Argélia –, a economia da RDC entrou em colapso. O vácuo administrativo gerou disputas separatistas internas, acirradas pela crise após forças dos EUA e da Bélgica apoiarem o assassinato do líder democrático Patrice Lumumba e apoiarem a ascensão de Mobutu, um ditador cleptocrático (HOCHSCHILD, 1999). Nesta época, a pobreza era alarmante. Dezenas de bares-bordéis se espalharam, e a concorrência entre eles obrigou mulheres desesperadas a fazer sexo com até mil clientes por ano, ao mesmo tempo em que o investimento dos órgãos de saúde para o tratamento de

doenças venéreas secou. Pépin aponta que nesta época deve ter havido uma explosão viral como outra ocorrida 20 anos mais tarde em Nairóbi, e constatado em um estudo envolvendo um grupo de trabalhadoras sexuais: em 1981, 5% delas contraíram o vírus; três anos depois, eram 82% de infectadas (PÉPIN, 2011), aumentando consideravelmente a cadeia de transmissão.

De Kinshasa a Porto Príncipe

O próximo elo da cadeia de transmissão foi o Haiti. Como os belgas brancos jamais treinaram uma elite africana, apenas cerca de 30% dos congolezes não pertencentes ao clero tinham um diploma universitário na época da independência. Para preencher essa lacuna, as Nações Unidas contrataram burocratas e professores de fora. Cerca de 4,5 mil haitianos atenderam ao chamado; eles eram instruídos, igualmente negros, falavam francês (devido ao passado colonial do Haiti) e estavam dispostos a ganhar mais em outro país. A partir de então, os dados de Pépin (2011) ficam mais especulativos; porém, sabe-se que o grupo M do HIV-1 se dividiu em subgrupos de A a K. A epidemia no Haiti, como na América do Norte e na Europa Ocidental, é quase toda do subgrupo B, sendo um subgrupo tão raro na África central que causa menos de 1% dos casos. É virtualmente impossível que mais de um haitiano tenha se infectado com um subtipo tão raro, e por isso Pépin sugere que a Aids provavelmente tenha feito a travessia inicial do Atlântico em apenas um único indivíduo. Datações moleculares indicam que ela chegou ao Haiti aproximadamente em 1964, e o estudo de Oxford-Leuven (2014), focado especificamente na amplificação do vírus oriunda de Kinshasa, reforça esta hipótese da

sua transferência através do Atlântico ter se dado em uma rota Kinshasa-Porto Príncipe.

Pépin argumenta que deve ter havido um amplificador da transmissão muito eficaz neste início no Haiti para que a epidemia tenha sido novamente tão bem sucedida, mas novamente, absolve as relações sexuais como um mecanismo de amplificação do vírus, argumentando que sua rápida expansão apenas através do sexo é matematicamente impossível. Ele sugere que o culpado foi um centro de plasma de Porto Príncipe chamado *Hemo-Caribbean*, que operou apenas de 1971 a 1972, alguns anos após o vírus ter sido importado para o Haiti e sendo conhecido por seus baixos padrões de higiene.

Segundo Pépin (2011), não se pode precisar por enquanto de que forma o vírus fez sua passagem para se tornar uma epidemia global, mas qualquer vírus presente nestas amostras de plasma poderia ter cruzado milhares de quilômetros infectando receptores de outros países, e inclusive chegando aos EUA, que chegou a importar 6.000 litros de plasma congelado por mês enquanto o *Hemo-Caribbean* operava.

Reelaborar o passado

Uma geração de artistas congolese dos anos 1960 e 1970 começaram a criar obras que exploravam suas origens ancestrais, a história colonial e as aspirações por uma nação recém-independente, afastando-se da constante reiteração da narrativa oficial. Logo este grupo atua em prol da criação de um imaginário que preze pela autodeterminação histórica, com uma pesquisa voltada para o passado recente a partir dos lastros de tais processos violentos que continuavam

imperando mesmo após as lutas por liberdade. Sob este contexto de violência podemos pensar a produção de Tshibumba Kanda-Matulu (1947 - 1981), conhecido por suas pinturas que retratam momentos importantes da história congolese conforme apareciam na memória popular. Um de seus trabalhos (Figura 8) alude ao movimento de insurreição “Revolta dos Batetela” (*Révolte des Batetela*, 1897-1898) contra a autoridade do Estado Livre do Congo, tendo a sua frente os guerreiros *Tetela* (população Bantu da África Central) que se revoltaram contra seus oficiais por causa da execução de alguns de seus chefes nativos.

Porém, após não poder prosseguir com seus estudos frente a instabilidade imposta pelos conflitos políticos da década de 1960, Tshibumba começa seu trabalho pictórico tendo como principal objetivo criar uma narrativa visual que documentasse a história congolese desde os tempos pré-coloniais até o presente, criando imagens que dessem conta de reelaborar o passado colonial recente.

Essa pintura integra a série “A História do Zaire”, realizada entre 1974 e 1976 e composta por sete telas que pensam os processos de dominação como “Manifestação Estudantil em Kinshasa” (*Manifestation des Etudiants a Kinshasa*, 1973-1974), que retrata soldados uniformizados abrindo fogo contra estudantes desarmados nas escadarias da Universidade de Kinshasa (Figura 9); nesse sentido sua paleta alude aos momentos de grande importância simbólica tanto do presente, com uma crítica ao regime de Mobutu e seu uso autocrático da violência militar para reprimir a oposição, mas também em experiências baseadas em interpretações pessoais vividas desde sua infância durante a dominação belga.

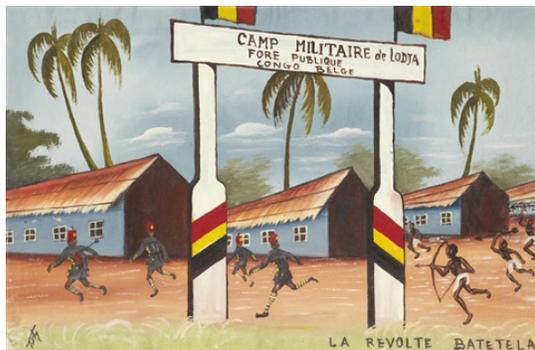


Figura 8 - Tshibumba Kanda-Matulu. “Revolta dos Batetela”, c. 1974-76. Óleo sobre tela, 42 x 63 cm.

Fonte: Bonhams <<https://www.bonhams.com/auctions/23892/lot/57/>> Acesso em 03/04/2020.



Figura 9 - Tshibumba Kanda-Matulu. “Manifestação Estudantil em Kinshasa”, c. 1974-76. Óleo sobre tela, 42 x 63 cm.

Fonte: Artnet. <www.artnet.com/artists/tshibumba-kanda-matulu/stanley-arrive-au-congo-avec-les-porteurs-eGMDxQjUCfzyq0ekaC_ibw2> Acesso em 03/04/2020.

Sua pesquisa retrocede a episódios de subjugação colonial expressa em práticas de torturas corporais como representadas em

“Colônia Belga I: 1885-1959” e “Colônia Belga II: Cultura Obrigatória” (*Colonie Belge I e II*, ambas de 1974-1976), duas pinturas que apontam como os modos de dominação colonial estruturavam o cotidiano congolês sob uma hierarquia de dominação e exploração. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que parte de questões suscitadas atualmente na sociedade, Tshibumba volta-se para o exercício de figuração frente aos modos operativos de violência impostos pela colonização belga, em pleno exercício entre 1885 e 1959. Toca também no debate da imposição cultural como um modo *continuum* de validação das políticas de dominação. Mais do que a criação de imagens de violência, sua reconstrução pictórica de um passado recente parte em direção a outros enfoques históricos que abarquem uma multiplicidade que reordena o papel de variados grupos políticos marginalizados.

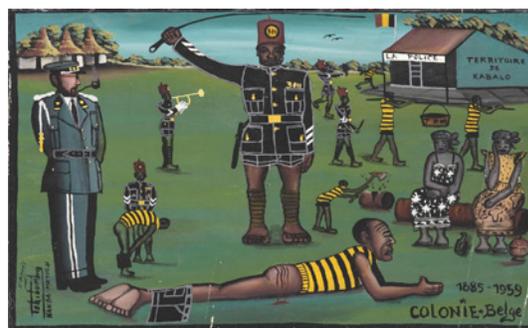


Figura 10 - Tshibumba Kanda-Matulu, “Colônia Belga I: 1885-1959”, c. 1974-76.]

Fonte: Obelisk Art History Project. <<https://arthistoryproject.com/artists/tshibumba-kanda-matulu/belgian-colony-1885-1959/>> Acesso em 01/12/2020.



Figura 11 - Tshibumba Kanda-Matulu, “Colônia Belga II: Cultura Obrigatória”, c. 1974-76. Fonte: Africanah.org <<https://africanah.org/tshibumba-kanda-matulu/>> Acesso em 04/12/2020.

Neste ponto é necessário recordar o pensamento de Silvia Rivera Cusicanqui, que em “Sociologia da Imagem” (*Sociología de la imagen*, 2015) apresenta possibilidades de (re)elaboração de passados a partir de um posicionamento crítico ao tradicional regime de circulação de imagens. Alinhando-se a tal discussão e aos processos de violência de nossa história, consolida-se um acervo visual de fabulações capazes de evidenciar rudimentos de uma episteme euro-cristã. Nesse sentido, ao nos depararmos com os registros da historiografia tradicional, é necessário reconhecer que adentramos num complexo campo de disputa discursiva. Nas palavras de Cusicanqui, essas imagens podem formar

[...] parte de um jogo de interpretações sobre o passado, não como algo dado, acabado e morto; mas como um passado-futuro: fonte de renovação e crítica moral diante do que é dado, à opressão e à dominação como resultados inevitáveis do progresso e da modernização (CUSICANQUI, 2015, p.91, tradução nossa).

Esse jogo de interpretações é ordenado por artistas que, diante destas imagens, aspiram a

[...] uma nação possível, plural e aberta, em que se reconheça a heterogeneidade social não como um obstáculo, mas sim como uma fonte enriquecedora de outra modernidade que, na diferença, seja capaz de superar as derrotas e frustrações coletivas que a historiografia tradicional expôs reiteradamente (CUSICANQUI, 2015, p.91, tradução nossa).

Outro artista que ganha destaque nesse regime de representação é Joseph Kinkonda (1955), também nascido em Kinshasa e conhecido como Cheri Cherin, que em trabalhos como “A Escravidão” (*L’Esclavagisme*, 2006), sobrepõe camadas de distintas temporalidades, propondo interconexões contra-cronológicas no que tange ao debate da história social e da contemporaneidade dos processos de subjugação (Figura 12). Suas pinturas tratam especificamente da pobreza, da fome, da doença, da Aids, os costumes populares, as injustiças e as diferenças sociais. Sendo um dos fundadores da *École du Congo* - AAPPO (Associação de Artistas Pintores de Estilo Popular).



Figura 12 - Cheri Cherin, “A Escravidão”, óleo sobre tela, 152 x 250 cm, 2006. Fonte: Horvath <horvath.members.1012.at/cherin.htm> Acesso em 04/12/2020.

Os estudos decoloniais mesclam-se com esse contexto, na medida em que a teórica Jota

Mombaça, aponta que “interessa intensificar o interrogatório do pós-colonial rumo a uma ética posicionada contra as ficções de poder e atualizações da colonialidade na experiência ordinária dos dias” (MOMBAÇA, 2018). Esse breve esboço de questões, têm como foco aludir às heranças de modelos de pensamento e condutas coloniais. Urge a necessidade de uma reflexão acerca dos questionamentos para além de um contra-regime visual, apontando para as implicações políticas de cada projeto teórico ou artístico. Ideias como progresso, razão e ciência sustentaram os modos de operação do sujeito, e tais configurações dos sistemas de dominação podem ser temáticas potentes na produção contemporânea, pois estão imbricados no processo de descolonização do imaginário; logo, artistas e pensadores propõem uma liberação da “rede de significação sustentada pela separabilidade, determinabilidade e sequencialidade” (SILVA, 2019, p.55).

Portanto consideramos a necessidade de ampliar a história social do HIV/Aids abordando o pensamento decolonial que reflete sobre as implicações da gestão colonial voltando-se sobre as estratégias de dominação. Esta é a base da gestão territorial implementada na ocupação europeia em países do continente africano e que estes artistas congolezes passam a reelaborar imagetica-mente para reconstruir em tempos históricos passados novas narrativas e perspectivas minoritárias que antes não puderam ser visibilizadas enquanto povos explorados pelo sistema colonial.

DO CONGO AO HAITI E DO HAITI PARA O MUNDO

A Histeria Ocidental

A história social da HIV/Aids é contada por uma perspectiva que centraliza as práticas sexuais de certos indivíduos, como homossexuais, africanos, latinos (mais especificamente haitianos) e das atividades de trabalhadoras sexuais como a causa principal da transmissão, atraindo para corpos estigmatizados a responsabilidade sobre as mortes causadas pela crise da Aids. Os demarcadores sociais de exclusão são potencializados quanto maior forem as interseções entre estes grupos, como homossexuais latinos, trabalhadoras sexuais de origem africana; demarcadores que tornaram o estigma relacionado ao HIV um fenômeno global (ANDERSON et al., 2008; WINSKELL et al., 2011; PHARRIS et al., 2011; FARID-UL-HASNAIN et al., 2013). Porém, hoje estudos comprovam que o contágio do HIV pelo sangue é dez vezes mais eficiente que o sexual (PÉPIN, 2011). Logo a probabilidade do vírus se tornar tão bem sucedido na proporção em que hoje conhecemos não se restringe a fatores sexuais, como ficou popularmente disseminado, mas sim a importantes mecanismos de amplificação em seus primeiros anos através do contato com seringas reutilizadas e transfusões de sangue contaminado como vetores de transmissão em massa; pelo menos até o sexo se tornar a principal via de infecção atual.

A comunicação sobre a doença sempre foi eminentemente racista. A partir da primeira conferência sobre HIV/Aids promovida pela UNAIDS ainda em 1985, onde se anunciou a ignição símia da doença a partir do SIV, surge

no ocidente a hipótese sobre sua origem vir de uma suposta prática africana de homens fazerem sexo com macacos. As tentativas de se chegar a um “Paciente 0” ou a um fator originário que desencadearia a epidemia global encontra na hipótese do sexo bestial uma explicação não só simplista, mas que também reforça estereótipos culturais. Porém, ela ganhou força tanto na imprensa³ como na comunidade acadêmica ocidentais, se tornando até hoje um dos discursos genealógicos mais disseminados para explicar a origem do vírus (HELLER, 2015).

O mito de que práticas sexuais envolvendo bestialismo serem algo comum na África⁴ persiste ainda hoje em populações de países ocidentais, formando um juízo moral que exime a responsabilidade destes povos sobre a ignição epidêmica da doença. Contudo, a hipótese mais fundamentada da transmissão inicial – a provável “origem do HIV” – está fundamentada como vimos numa complexa cadeia de fatores relacionados à gestão colonial dos órgãos de saúde do Congo. A péssima administração sanitária de injeções e transfusões de sangue possibilitaram a

transmissão iatrogênica do vírus, posteriormente disseminado na África principalmente no sexo heterossexual desprotegido – uma atividade sexual de alto risco, favorecendo assim a circulação entre determinadas populações até a sua chegada no ocidente (PÉPIN, 2011). As práticas sexuais não foram o mecanismo principal de amplificação do vírus enquanto se restringia à África e ao Caribe, mas sim a má gestão governamental da doença no ocidente, focada em reprimir indivíduos tidos como corpos bestiais, desregulados, hiperssexuais tais como os de negros, latinos, homossexuais e das trabalhadores sexuais, atitude que facilitaria ainda mais sua propagação.

Na gerência da crise aderiu-se à doença o estigma de que a responsabilidade seria predominantemente da (má) administração individual dessas sexualidades, o que por outro lado aceleraria sua propagação de forma críptica entre os que não pertenciam a estes grupos (brancos, não-emigrantes, heterossexuais), tidos como imunes à doença e, portanto, deixando o vírus circular livremente gerando novas cadeias de transmissão (USE-CHE; CABEZAS, 2005). Para muitas pessoas, o único meio de se infectar seria contrariando as práticas heterossexuais, e a solução para os que já viviam com o HIV, apenas exercitar a abstinência e a castidade, segundo o papa João Paulo 2º defenderia em uma conferência sobre o HIV/Aids ainda em 1989⁵. Portanto, o mito do sexo bestial é replicado como analogia a práticas de sexo interracial ou ao sexo com um homossexual passivo,

3 Em 1995, 10 anos após a I Conferência Internacional de Aids, a Folha de São Paulo daria a seguinte notícia: “Sexo entre homem e macaco pode ser origem”; onde afirmaria que o “sexo bestial com os macacos portadores do SIV (Vírus da Imunodeficiência Símia) é, em teoria, uma hipótese a ser considerada para a contaminação do primeiro indivíduo”. Em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/4/02/mais!35.html>> Acesso em 03/12/2020.

4 Em 2012, uma ao ser perguntada se conheceria a “história da Aids”, uma senadora republicana dos EUA afirmou que “Era um cara transando com um macaco, se bem me lembro, e depois fazendo sexo com homens”. Em: <http://www.huffingtonpost.com/2012/01/26/stacey-campfield-tennessee-senator-dont-say-gay-bill_n_1233697.html> Acesso em 03/12/2020.

5 Na IV Conferência Internacional sobre Aids realizada no Vaticano em 13, 14 e 15 de novembro de 1989. Disponível em: <<http://www.acidigital.com/aids/igreja.htm>>. Acesso em: 04/12/2020.

onde há a exposição de um homem saudável a um agente potencialmente contaminante e desumanizado.

Essa cadeia de desinformação fez com que a comunicação pública preventiva da epidemia não fosse tratada com a seriedade que o assunto merecia, sendo influenciada por leituras moralistas e religiosas que dificultariam a abordagem necessária para enfrentar a epidemia. Desta forma, encontramos como determinante comum a questão do enfrentamento por parte das instituições governamentais responsáveis, seja nos Estados Unidos, no Haiti, no Brasil ou no Congo. Em ambos os casos é possível localizar os balizadores de gênero, classe e raça como vértebra de uma determinação neocolonial que reatualiza os estigmas sociais para certos grupos.

Enquanto o estadunidense Keith Haring (1958 - 1990) reflete a cultura nova-iorquina dos anos 1980 e a obra do brasileiro Leonilson (1957 - 1993) apresenta uma dimensão alegórica relacionada à simbologia cristã da pureza e da morte, Cheri Cherin volta-se para esse debate de forma a incluir os vínculos pouco abordados entre organização política, cristianismo e as religiões de matrizes africanas nas políticas de enfrentamento da epidemia. Em trabalhos como “A Luta Contra a Aids” (*La lutte contre le sida*, 1991), Cheri Cherin inclui na cena ao mesmo tempo o médico, os policiais e um religioso (Figura 13), dando protagonismo a este último do mesmo modo que, voltando ao tema alguns anos depois, cria em “Curandeiro Pandakufi” (*Guerisseur Pandakufi*, 1998) uma composição onde a modernidade do avião ao fundo se choca com a busca por magias e encantamentos como tratamento de doenças, ignorando o hospital

e a igreja católica que se podem ver no fundo da cena (Figura 14).

Ao mesmo tempo, além de reforçar o estigma, a entronização destes estereótipos culturais no ocidente explicaria a ausência de políticas públicas criadas exclusivamente para populações negras e latinas no auge da epidemia, sob o argumento de se eximir da responsabilidade sobre suas práticas sexuais ritualísticas, aberrantes ou não-naturais; esta cadeia de desinformação reforça um exotismo sexual sobre estas determinadas populações não-brancas tidas como hipersexualizáveis, com uma libido irrefreável. Novamente, a histeria gerada pela falta de conhecimento nos primeiros anos da epidemia relacionava práticas religiosas *vodum*, de origem africana, à emergência do vírus no Haiti, criando uma perseguição aos imigrantes haitianos nos EUA:

Haitianos que moram nos Estados Unidos foram vítimas de discriminação atroz, estigmatização e preconceito. Alguns foram demitidos de seus empregos, outros foram expulsos de seus apartamentos, e as pessoas até tinham medo de falar com eles; em algumas clínicas eles seriam convidados a fazer fila separadamente a outros pacientes. (PÉPIN, 2011, p. 191, tradução nossa)



Figura 13 - Cheri Cherin. “A Luta Contra a Aids”, 1991.

Fonte: Artnet. < <http://www.artnet.com/artists/cheri-cherin/la-lutte-contre-le-sida-mPBjC8awXswtANUYVkzCAQ2>>
Acesso em 04/12/2020.

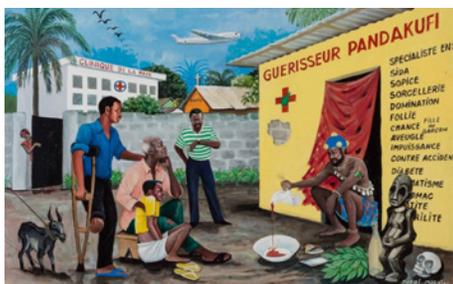


Figura 14 - Chéri Cherin. “Curandeiro Pandakufi”, 1998.

Fonte: Artnet. <http://www.artnet.fr/artistes/cheri-cherin/guerisseur-pandakufi-rPbArVi7k5qnrXa6oxms_A2> Acesso em 04/12/2020.

Como outro exemplo desta corrente de desinformação há a hipótese levantada em 1987, em um artigo publicado na revista científica *Lancet*, que cogita a primeira transmissão interespecie ter sido ocasionada pelo costume africano de se aplicar sangue de macacos nos órgãos genitais, que funcionaria como um afrodisíaco (NOIREAU, 1987). Estes boatos infundados se juntam a outras inúmeras teorias da conspiração que criam

uma histeria de massa que não apenas acirra o preconceito contra povos africanos e latinos, mas também aumentam o estigma aos que vivem com o HIV. As correntes de desinformação logo se tornam o próprio vetor de amplificação exponencial do vírus, pois “minam a aceitação de comportamentos que podem prevenir a infecção” (HELLER, 2015).

CONCLUSÃO

Este breve histórico da epidemia do HIV/ Aids utilizando estudos de médicos e outros pesquisadores buscou remontar as raízes coloniais que atuaram nas dinâmicas de difusão do vírus ao mesmo tempo em que pensa junto de certos artistas congolezes questões que possam vir a ser formuladas no futuro, extrapolando as possibilidades atuais de compreensão desse processo. As pinturas destes artistas apontam as figurações possíveis de como se rearticular a história, apontando as definições autodeterminantes, racistas, homofóbicas e colonialistas, cada uma como face de um dado que impôs sob vidas dissidentes do modelo cristão/branco/heteropatriarcal um julgo de culpabilização e violência. Logo, revisar nosso presente é um dos modos de desmontar as ficções coloniais que delinham óticas hegemônicas.

A arte por sua vez pode contribuir enormemente para esses processos de reinterpretação e reescrita história não apenas da saúde pública ou de uma história social do HIV/ Aids, como também das relações internacionais e do direito à saúde e à vida. É urgente reconhecer que os fundamentos que estabeleceram parte das práticas artísticas como base para reelaboração imagética de ideias de nação e poder econômico e político não

se sustentam mais. Logo, podemos finalizar esta exposição com uma citação do historiador e ativista político argentino Ezequiel Adamovsky, que afirma que “a cultura visual é um dos recursos fundamentais para a construção da hegemonia, mas é também um terreno fértil para exercícios contra-hegemônicos” (ADAMOVSKY, 2016, p.158, tradução nossa).

Referências

- ADAMOVSKY, Ezequiel. Race and Class through the Visual Culture of Peronism. In: Alberto, P. e Elena, E. (eds.) **Rethinking Race in Modern Argentina**. Nova York: Cambridge University Press, 2016.
- ANDERSON Moji et al. HIV/AIDS-related stigma and discrimination: accounts of HIV-positive Caribbean people in the United Kingdom. **Revista Social Science & Medicine**. Volume 67(5), pp.790-798, 2008. <http://dx.doi.org/10.1016/j.socscimed.2008.05.003>
- ANI, Marimba. **Let the Circle Be Unbroken: The Implications of African Spirituality in the Diaspora**. Nova Iorque: Nkonimfo Publications, 1988.
- BASTOS, Cristiana. A pesquisa médica, a SIDA e as clivagens da ordem mundial: uma proposta de antropologia da ciência. **Análise Social**, 32.140, p. 75-111, 1997.
- CUSICANQUI, Silvia Rivera. **Sociología de la imagen: ensayos**. 1a ed. Buenos Aires: Tinta Limón, 2015.
- DRUCKER, Ernest et al. The injection century: massive unsterile injections and the emergence of human pathogens. **Revista Lancet**, V. 358 (9297), pp.1989-1992, 2001.
- FARIA, Nuno R. et. al. The early spread and epidemic ignition of HIV-1 in human populations. **Revista Science**, Volume 346, edição 6205, pp.56-61, 2014.
- FARID-UL-HASNAIN, Syed et al. Need for Multilevel Strategies and Enhanced Acceptance of Contraceptive Use in Order to Combat the Spread of HIV/AIDS in a Muslim Society: A Qualitative Study of Young Adults in Urban Karachi, Pakistan. **Global Journal of Health Science** V.5(5) pp.57-66, 2013.
- GILBERT, M. T. P. et al. The emergence of HIV/AIDS in the Americas and beyond. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, v. 104, n. 47, p. 18566-18570, 2007.
- HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: HARAWAY, D.; KUNZRU, H.; TADEU, T. **Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano**. Trad. Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- HELLER, Jacob. *Rumors and Realities: Making Sense of HIV/AIDS Conspiracy Narratives and Contemporary Legends*. **American Journal of Public Health**. Publicado online em janeiro de 2015. doi: 10.2105 / AJPH.2014.302284
- HOCHSCHILD, Adam. **O Fantasma do Rei Leopoldo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- KEELE, Brandon F. et al. Chimpanzee reservoirs of pandemic and nonpandemic HIV-1. **Revista Science**, Volume 313, edição 5786, pp. 523-6, 2006.
- LATOUR, Bruno. **Jamais Fomos Modernos: ensaios sobre antropologia simétrica**. Trad. Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Edições 34, 1994.
- MISKOLCI, Richard; PELÚCIO, Larissa. A prevenção do desvio: o dispositivo da Aids e a repatologização das sexualidades dissidentes. **Revista Latinoamericana: Sexualidad, Salud y Sociedad**, n.1, pp.125-157, 2009.
- MOMBAÇA, Jota. **Não Existe Pós-Colonial**. São Paulo: Goethe-Institut, 2018. Disponível em: <<http://www.goethe.de/ins/br/lp/prj/eps/sob/pt16117914.htm>>. Acesso em: 30 de outubro de 2020, 05:02:00.

NOIREAU, François. HIV transmission from monkey to man. *Revista Lancet*, V. 329 (8548), pp. 1449-1506, 1987.

PÉPIN, Jacques L. *The Origins of AIDS*. Nova Iorque: *Cambridge University Press*, 2011.

PERENNÈS, Marie. *Aware Women Artists: Antoinette Lubaki*. Paris: Archives of Women Artists Research & Exhibitions, 2015. Disponível em: <<https://awarewomenartists.com/en/artiste/antoinette-lubaki/>> Acesso em 02/12/2020.

PHARRIS, Anastasia et al. Community patterns of stigma towards persons living with HIV: a population-based latent class analysis from rural Vietnam. *BMC Public Health*, V. 11:705, 2011. <http://dx.doi.org/10.1186/1471-2458-11.705>.

RDC - REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO. Instituto Nacional de Estatística. Estatísticas Regionais - Janeiro de 2000 a Janeiro de 2017. Kinshasa, 2017. Disponível em: <https://drcongo.opendataforafrica.org/DRCRS2015/democratic-republic-of-the-congo-regional-statistics-2017>> Acesso em 04/12/2020.

SILVA, Denise Ferreira da. *A Dívida Impagável*. São Paulo: Forma Certa, 2019.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* 1. ed. Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

UNAIDS. Resumo Informativo: Estatísticas Mundiais Sobre o HIV. Genebra: UNAIDS, 2020. Fonte: <https://unaids.org.br/estatisticas/> (Última consulta em 04/12/2020).

USECHE, Bernardo; CABEZAS, Amalia. The Vicious Cycle of AIDS, Poverty, and Neoliberalism. *Americas Program Special Report*. Em: <http://americas.irc-online.org/>. Dezembro de 2005.

WINSKELL, Kate et al. Comparing HIV-related symbolic stigma in six African countries: social representations in young people's narratives. *Revista Social Science & Medicine*, n. 73(8), pp.1257-1265, 2011. <http://dx.doi.org/10.1016/j.socscimed.2011.07.007>.

WOROBAY, Michael et al. Direct evidence of extensive diversity of HIV-1 in Kinshasa by 1960. *Revista Nature*, 455, pp. 661-664, 2008.